

REVOLUÇÃO FARROUPILHA E DISCURSO HISTORIOGRÁFICO: OS ESCRITOS DE CARLOS DANTE DE MORAES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES[†]

RESUMO

A construção de discursos historiográficos a respeito da Revolução Farroupilha receberia um impulso sem precedentes a partir da virada dos anos vinte para os trinta do século XX. Progressivamente, essa guerra civil viria a ser transformada no mais importante acontecimento da história gaúcha e seria criada uma série de pressupostos que se transformariam em verdadeiros axiomas da historiografia gaúcha, através da formação de uma rede discursiva. Essa construção historiográfica se estenderia por décadas e seus efeitos se fazem sentir até o presente. O objetivo deste trabalho é analisar os escritos de Carlos Dante de Moraes que muito a contento se inseriram no discurso historiográfico predominante acerca da Revolução Farroupilha.

PALAVRAS-CHAVE: Rio Grande do Sul, Revolução Farroupilha, historiografia, Carlos Dante de Moraes

A ascensão do Rio Grande do Sul no cenário político nacional, na virada da década de vinte à seguinte, a partir das tratativas pela formação da Aliança Liberal e, posteriormente, na fermentação e eclosão da Revolução de 1930, traria em seu seio a elaboração de um bem-arquitetado projeto que visava à manutenção do poder em mãos dos novos governantes, num quadro que evoluiria até a conjugação do golpe do Estado Novo, o qual, sob o regime ditatorial, garantiu a continuidade da posse do poder. Getúlio Vargas e o grupo que o cercava, ainda que pertencentes aos tradicionais grupos oligárquicos, buscavam aparecer como segmentos inovadores e modernizadores, que traziam as devidas respostas aos desafios dos novos tempos, sobretudo diante dos efeitos da crise mundial de 1929. Segundo os governistas, em oposição à arcaica República Velha apareceria uma “Nova”, pronta a levar o país aos caminhos do progresso e do desenvolvimento.

De acordo com essa perspectiva, se desencadearia uma meta de

[†] Professor do Dep. de Biblioteconomia e História – FURG. Doutor em História – PUCRS.

transformar a imagem do Rio Grande do Sul diante do restante do país. *Pari passu*, se desenvolveria no estado um projeto cultural com fortes reflexos no campo historiográfico, pelo qual o maior intento era apresentar o Rio Grande do Sul como uma unidade completamente integrada ao todo nacional, buscando eliminar certas visões que tendiam a enxergar o Rio Grande com certa desconfiança, tendo em vista possíveis caracteres excludentes e separatistas. Essa linha de pensamento objetivava apresentar um Rio Grande do Sul acima de tudo brasileiro, que não sofrera influências externas – muito menos de seus vizinhos platinos – e que lutara sempre para manter-se inserido na fraternidade brasileira. Verdadeiras alquimias discursivas seriam então entabuladas no sentido de edificar-se esta brasilidade, e a Revolução Farroupilha desempenharia papel crucial na construção desse discurso, sendo “apagado” o seu fundamento separatista e criado o arquétipo de luta de todos os sul-rio-grandenses pela liberdade e contra a tirania. Além disso, a Farroupilha seria elevada ao cume dos eventos cívicos sul-rio-grandenses, ou ainda como o ponto máximo da história do Rio Grande do Sul, diante do qual todos os demais acontecimentos deveriam gravitar. Formava-se um discurso historiográfico que atingiu tamanha magnitude e apoios institucionais a ponto de poder ser considerado como oficial. Essa construção historiográfica se consolidaria e se difundiria através dos decênios seguintes, criando premissas que se transformariam em praticamente verdades absolutas e inquestionáveis, num processo de constantes reproduções que formaria uma rede discursiva de extraordinário alcance.

Esse discurso historiográfico deitaria raízes profundas ao longo das décadas seguintes, encontrando um extremado número de seguidores, dentre eles, Carlos Dante de Moraes, autor de escritos que, muito a contento, se enquadraram naquela rede discursiva. Dante de Moraes nasceu na cidade gaúcha de Santa Maria, em 1909, vindo a falecer em 1982. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre. Tornou-se Bacharel pela Faculdade de Direito da mesma cidade, em 1927. Atuou como redator do jornal *A Federação*, colaborando com vários outros periódicos ao longo de sua vida. Foi funcionário público, tendo ocupado altos escalões, trabalhando como Oficial de Gabinete do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Chefe da Casa Civil do Governador, funcionário da Secretaria do Interior do Rio Grande do Sul e Procurador do Estado, cargo em que se aposentou. Como escritor, foi crítico, sociólogo e ensaísta. Foi co-fundador da Fundação Eduardo Guimaraens e pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul¹.

¹ Dados biográficos obtidos a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Revolução heróica X*

O grande mote da produção intelectual de Moraes esteve ligado ao estudo da literatura. Segundo Dante de Laytano, o autor se voltou para os problemas do passado sociológico do Rio Grande do Sul, trazendo para a análise dos fatos da evolução rio-grandense sua formação de crítico literário, o que lhe teria facilitado a interpretação no sentido filosófico do conteúdo devassado à luz de um exame em amplas condições de perspectivas, segundo a bibliografia impressa. Laytano destacava ainda o papel cultural de Dante de Moraes, descrevendo que o escritor freqüentava as páginas do *Correio do Povo* e outros órgãos da imprensa, aparecendo em todos os principais movimentos literários do Rio Grande do Sul e ocupando posição de prestígio na crítica literária². Guilhermino César, por sua vez, no que tange à carreira literária do escritor, explicava que Carlos Dante de Moraes estava situado cronologicamente na geração modernista, embora não tenha sido ardoroso defensor de nenhuma de suas correntes de vanguarda, uma vez que neste, como em outros assuntos, sempre divergiu do espírito de capela, seguindo, assim, uma linha crítica de influência psicológica e estética antinaturalista³.

Entre as obras de Carlos Dante de Moraes, podem ser citadas: *Viagens interiores* (1931), *Tristão de Ataíde e outros estudos* (1937), *A inquietação e o fim trágico de Antero de Quental* (1939), *Aspectos psicológicos do romantismo* (1939), *Algumas reflexões sobre Rimbaud* (1939), *Arte e espiritualismo* (1942), *Álvares de Azevedo e o romantismo* (1945), *O Eça das prosas bárbaras* (1945), *Tapes e guaranis sob o regime jurídico* (1947), *Jackson de Figueiredo, introspectivo e romancista* (1947), *Trinta e cinco e noventa e três* (1951), *Condições histórico-sociais da literatura rio-grandense* (1954), *O povo rio-grandense nas vésperas de 35* (1954), *Figuras e ciclos da história rio-grandense* (1959), *Três fases da poesia* (1960) *Vocação criadora do homem* (1968-9), *A literatura no Rio Grande do Sul* (1969), *Crime e castigo* (1969), *O poeta Carlos Drummond de Andrade* (1969), *O movimento regionalista de Recife e o modernismo* (1970) e *Reações*

revolução fratricida: historiografia & memória. In: ALVES, F. N. (org.). *Rio Grande do Sul: história, historiografia & memória.* Rio Grande: FURG, 1999. p. 97-105.; LAYTANO, Dante de. *Manual de fontes bibliográficas para o estudo da História Geral do Rio Grande do Sul: levantamento crítico.* Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, IFCH-UFRGS, 1979. p. 224-225; MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Instituto Estadual do Livro, 1978. p. 378-379; VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense: autores.* Porto Alegre: "A Nação", Instituto Estadual do Livro, 1974. p. 328-329.

² LAYTANO, 1979, p. 224-225.

³ CESAR, Guilhermino. Prefácio. In: MORAES, Carlos Dante de. *Alguns estudos e um fragmento de autobiografia.* Porto Alegre: Metrópole, Instituto Estadual do Livro, 1975. p. 10.

espiritualistas dentro do modernismo (1970)⁴.

Ainda que tenha se dedicado mais amplamente à crítica literária, Dante de Moraes também atuaria no campo da história, colaborando na reedificação de pressupostos de construções discursivas historiográficas já vigorantes. Fazendo referência à Revolução Farroupilha, destinaria pelo menos dois de seus trabalhos. O primeiro foi o artigo “Trinta e cinco e noventa e três”⁵, publicado em 1952, na revista *Província de São Pedro*, editada pela Globo e com significativo alcance e dispersão entre o público leitor. Mais específico sobre o tema, o segundo foi o texto da palestra “O povo rio-grandense nas vésperas de 35”⁶, publicado dois anos depois, por ocasião da primeira série dos *Fundamentos da cultura rio-grandense*, série de conferências organizadas pela Universidade do Rio Grande do Sul, cujo objetivo era reunir representantes da intelectualidade gaúcha de então para discutir temas candentes da história sul-rio-grandense, num conjunto de atividades das quais resultaria a edição de anais. Apesar do destaque que Dante de Laytano deu à obra de natureza histórica de Moraes, tendo em vista que sua formação de crítico literário lhe teria possibilitado uma interpretação filosófica do conteúdo histórico, e mesmo que o próprio autor tivesse se proposto, no primeiro ensaio, uma abordagem dos “aspectos de psicologia social e política”, o que se pode observar no que tange à Farroupilha é a reprodução das premissas que o discurso historiográfico oficial vinha plasmando desde a virada dos anos vinte aos trinta⁷.

Nesse quadro, os escritos de cunho histórico de Carlos Dante de Moraes frutificaram ainda sob a égide de um discurso historiográfico que se tornaria predominante no contexto gaúcho, o qual visava a demonstrar o caráter essencialmente brasileiro do Rio Grande do Sul, as raízes nacionais desta mais meridional unidade e que negligenciava e até preteria as influências platinas na região. Nessa perspectiva historiográfica, a Revolução Farroupilha ganharia amplo destaque, pois, eleita como o apanágio máximo da “civilização” gaúcha, viria a ser guindada ao mais alto patamar entre os fatos que constituem o panteão

⁴ MARTINS, 1978, p. 378-379; VILLAS-BÔAS, 1974, p. 328-329.

⁵ MORAES, Carlos Dante de. Trinta e cinco e noventa e três (aspectos de psicologia social e política). *Província de São Pedro*, Porto Alegre: Globo, n. 17, p. 8-29, 1952.

⁶ MORAES, Carlos Dante de. O povo rio-grandense nas vésperas de 35. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1954. 1ª série. p. 31-60.

⁷ Ver: GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992; TORRES, Luiz Henrique. *Brasilidade e platinidade na produção historiográfica do Rio Grande do Sul (1819-1975)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2004; ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Farroupilha: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2004.

das datas cívicas sul-rio-grandenses. A historiografia exerceria um papel crucial na elevação do *status* histórico da guerra civil, elegendo heróis, romantizando acontecimentos e enaltecendo feitos, os quais deveriam ser utilizados como exemplos para as gerações vindouras. Num processo de constantes recorrências, muitos dos elementos desse arcabouço historiográfico viriam a ser encarados como absolutas verdades históricas, contribuindo decisivamente para a criação mítica da Revolução Farroupilha⁸.

Inserido nesse contexto, Dante de Moraes reproduziria alguns desses axiomas, utilizando a Farroupilha como referencial para os demais eventos da história sul-rio-grandense. Moraes colocava a Guerra Civil de 1835-1845 colocava como ponto de inflexão histórica na passagem dos tempos coloniais aos do Estado Nacional. Explicava que, à primeira vista, sem exame mais demorado dos princípios que norteavam seus dirigentes, poderia parecer que o levante farroupilha deveria ter sido uma verdadeira rebelião dos instintos, tendo em vista o quadro sangrento que à época predominava nas vizinhas repúblicas do Prata. A esse fator, adicionava a perspectiva de que, até as vésperas de 35, o Rio Grande de São Pedro fora apenas uma força bravia conduzida e utilizada na defesa do território e na consecução de fins políticos pela Coroa Lusa e, depois, pelo Império Brasileiro⁹. Segundo o autor, apesar desses indicativos, a influência platina e o furor da violência desenfreada não viriam a ser vigorantes durante o decênio farrapo.

O escritor iria buscar as raízes da Farroupilha no passado colonial, tecendo fortes críticas à política metropolitana lusa, ao demarcar que à época da formação do Rio Grande de São Pedro houvera grande desproporção do fraco e exíguo aparelhamento oficial ante uma empresa de tamanha envergadura como a proposta para o extremo-sul. Explicava que a Metrópole somente mobilizava grandes recursos quando as circunstâncias de guerra lhe impunham providências de caráter tão urgente que a sua protelação importaria em perda de território, do contrário a sua ação teria sido lenta, morosa, descontínua, entretanto nunca arrefecia a voracidade arrecadatória. Nesse quadro, defendia o escritor que teria surgido uma sociedade até certo ponto autônoma, de modo que, no início do século XIX, já estariam bem definidos e caracterizados os grupos sociais do povo rio-grandense¹⁰.

Ressaltando o papel do militarismo na formação gaúcha, Carlos

⁸ ALVES, 2004, p. 45.

⁹ MORAES, 1952, p. 10-11.

¹⁰ MORAES, 1954, p. 33-34.

Dante de Moraes destacava que a “vaga” Capitania d’Rei, interposta entre dois domínios expansionistas, estaria fadada a ser um campo de lutas, um cenário áspero onde se digladiaram os intuítos e empreendimentos políticos e econômicos das duas nações peninsulares. Segundo ele, essa conjuntura, assentada em campinas vastas e ricas de gado alçado, propiciara a formação de uma sociedade de pastores guerreiros, cujos sentimentos e aspirações caminhariam num sentido cada vez mais autonomista. De acordo com o escritor, junto desta sociedade surgiria um processo tumultuoso, sulcado de injustiças tremendas, mas animado de um ímpeto, de uma energia insofrida, a única que seria capaz de lançar a sementeira humana no deserto, disputando os campos de criação ao adversário duro e hostil¹¹.

Ao analisar os tempos coloniais, o autor dava amplo destaque ao papel central dos estancieiros na consolidação da sociedade gaúcha. Para Moraes, a Metrópole só poderia a esses elementos confiar com maior eficiência a concretização dos seus planos de conquista e apropriação daquela terra deserta e contestada, uma vez que os estancieiros seriam homens fagueiros, muitos deles senhores de cabedais que, por sua conta e risco, se instalavam no descampado, de modo que a Coroa, concedendo a cada um algumas léguas de sesmarias, sem qualquer sacrifício do erário real, confiava na sua capacidade de resistência e força expansiva. Plantando sem pausa os seus estabelecimentos, estendendo-se pelos laços de sangue, pelos interesses da vizinhança ou da mútua defesa, os estancieiros não só teriam consolidado a obra de apropriação do território, como a levaram adiante, em relação às fronteiras meridionais. Foi nesse segmento social e em sua ação militar que o autor identificou a formação de lideranças no Rio Grande do Sul, uma vez que a propriedade de estância seria o caminho que, no consenso da época, conduziria aos padrões sociais de maior consideração e prestígio¹².

De acordo com essa linha de pensamento, Moraes dava ênfase ao papel de comando de um “patriciado militar” e explicava que, a partir deste, o campeiro gaúcho não daria brida livre a seus instintos, pois, mesmo impetuoso, fora poderosamente suggestionado, guiado e contido pela autoridade dos chefes. Além disso, o escritor insistia naquele pressuposto que foi a pedra de toque do discurso historiográfico então em voga, acerca do brasileiroismo da Farroupilha, afirmando que, durante a guerra, o que predominara fora sempre o sentimento inarrraigável de brasilidade dos farrapos. Referindo-se às motivações do movimento,

¹¹ MORAES, 1954, p. 33 e 39.

¹² MORAES, 1954, p. 37, 39-40 e 44.

Carlos Dante de Moraes relatava que os propósitos, os interesses e a combatividade dos rio-grandenses estiveram sempre ao serviço férreo da autoridade central – rei, imperador ou regente –, mas, em 35, verificava-se o despertar político e a sinergia de aspirações até então vagas e dispersas de uma província duramente sacrificada. Nesse sentido, as afrontas, injustiças, desacertos de um governo em tudo continuador da Metrópole acabariam transformando os “líderes destemidos” – considerados até então somente braços rijos, meros executores de desígnios de agressão ou defesa – em cabeças que protestavam e reclamavam, que exigiam e reivindicavam¹³.

A respeito das lideranças rebeldes, Dante de Moraes as descrevia como formadas por homens treinados nas guerras, confiantes em si mesmos pelo hábito de pelejar e acometer, de laçar e bolear desportivamente, de vencer obstáculos e curtir sacrifícios, cobrando consciência do seu papel e do seu destino, num quadro em que o ânimo revolucionário ganhava os espíritos e lavrava como um incêndio pela província inteira. Para o autor, na Farroupilha, os impulsos violentos foram vencidos por meio do controle bem-sucedido das lideranças, ou seja, a “barbárie”, oriunda ainda da época colonial, cedia de vez seu lugar para o “cavalheirismo”. Nessa perspectiva, o escritor afirmava que se impunha com o maior cabimento a questão de que se aquele não seria o momento de parecer chegada a ocasião da desforra campeira, do relaxamento da coação e da disciplina e da liberação dos instintos represados, ainda mais numa luta que se prolongara por dez anos, período suficiente para desgastar os ânimos mais rijos e propiciar a irrupção de paixões inferiores. Ao possível questionamento, Moraes respondia negativamente, pois, segundo ele, longe de um desandar furioso de ímpetos, o movimento farroupilha seria o tipo de movimento governado, o quanto possível em tais circunstâncias, pelo sentimento religioso, a razão, a moral e o cavalheirismo. A esses fatores o autor acrescia uma preocupação acentuada de legalidade e o desígnio de organizar e construir, de modo que o elemento humano da rebelião farroupilha, mais do que conduzido, fora fortemente influenciado e inspirado por uma elite moral de intelectuais e guerreiros¹⁴.

Ao tecer algumas considerações sobre o ambiente histórico à época da Farroupilha, Carlos Dante de Moraes explicava que era preciso levar em conta as conjunturas políticas reinantes no país, durante o ciclo revolucionário, quando o governo central se encontrava assoberbado por uma série de rebeliões provinciais, momento no qual o

¹³ MORAES, 1952, p. 11.

¹⁴ MORAES, 1952, p. 11.

papel da monarquia, como cimentadora da pátria, seria compreendido por uma escassa minoria de homens de Estado. A Regência via-se a braços com a explosão de particularismos, de movimentos centrífugos, de instintos à solta, que punham em risco o próprio Brasil. No que tange ao Rio Grande do Sul, destacava o escritor que até a vinda do Barão de Caxias, manobravam os farrapos com relativa liberdade na província, a qual então seria um semi-deserto, com escassa população, passando-se longos meses sem nenhum combate, num quadro em que as tropas, nos intervalos da guerra, se desmobilizavam e retomavam a faina campeira¹⁵. Nesse sentido, Moraes buscava demonstrar o apego dos sul-rio-grandenses ao cumprimento de seus papéis sociais, só os sobrepujando em nome da luta pela liberdade.

Sobre os fatores motores da Farroupilha, Dante de Moraes viria a reproduzir alguns dos itens já há muito repetidos pela historiografia. Uma destas “causas” estava ligada à questão da tributação, destacando o autor o quanto seria excessiva e anti-econômica a taxaço que pesava sobre os contribuintes rio-grandenses, além de apontar um contraste flagrante entre o desatar das energias econômicas, circulando em todas as veias do Rio Grande, e os métodos obsoletos e estreitos da máquina oficial. Aos excessos tributários que teriam agido como um dos fermentos revolucionários, o escritor acrescia a falta de investimentos no território sulino como um dos elementos promotores da revolta, descrevendo a carência de obras públicas, como pontes e prédios, a inexistência da instrução e os despropósitos dos emolumentos sacramentais, num quadro pelo qual se poderia aquilatar a estreiteza de vistas, a incúria e a imprevidência que presidiam o manejo da coisa pública no Rio Grande de São Pedro. A síntese desses fatores, segundo Moraes, teria auxiliado a acender o estopim da rebelião, já que a tributação exagerada que pesava sobre os rio-grandenses produzira uma renda vultosa de que o Governo Central dispunha, restando para os serviços provinciais uma soma irrisória¹⁶.

O apelo às armas como o último recurso ao qual os farroupilhas teriam de lançar mão foi outro dos axiomas então já muito difundido, do qual Moraes também se valeu. Nessa linha, sustentava que, diante da arrogância, teria estremecido a consciência da força e da decisão de toda uma grei espezinhada, homens que se levantavam de lança em punho e que, com virilidade, realismo, bom senso, ainda nas horas procelosas, manifestaram um sentido construtor que mesmo à época do escritor ainda estariam a surpreender. Segundo a concepção do autor, o

¹⁵ MORAES, 1952, p. 11-12.

¹⁶ MORAES, 1954, p. 49-52.

Império, tal como a Metrópole, não teriam conseguido compreender que o caudal de energias que se avigorava na Província não poderia ser conduzido sempre como elemento passivo e autômato, ou seja, ele fora represado, mas avolumara-se com os erros políticos daqueles, obrigando a romper-se os diques, advindo daí o ímpeto, a rijeza e a vitalidade prolongada do protesto farroupilha¹⁷.

O preceito já há muito difundido e consolidado, de poder ser sintetizada a Revolução Farroupilha como a luta da liberdade contra a tirania, também se fez presente nos escritos de Carlos Dante de Moraes, para quem, antes mesmo da eclosão rebelde, já se poderia ver que assumia formas cada vez mais graves o conflito entre o peso constritor da autoridade e o sentimento de liberdade que, na consciência dos rio-grandenses, se firmava em fundas raízes instintivas e emocionais, num quadro em que, sob o respeito ilimitado da autoridade, que tinha o peso de séculos, germinavam no coração dos gaúchos ressentimentos surdos, revoltas caladas, sem voz e sem eco, que viriam à tona em 1835. Para o escritor, de um constante escorchar que constituía ingrata situação, adviria um reverso moral e psicológico, tecido por instintos e sentimentos fortes, tendo em vista que o pastoreio e a guerra haviam forjado um tipo varonil, dotado de extrema coragem e rijeza, livre no círculo de sua rude atividade. Apelando para explicações calcadas no telúrico, o autor ainda destacava que estímulos psíquicos poderosos, inerentes ao seu modo de vida, imprimiam na face e nos gestos dos gaúchos um ar de independência e desassombro que surpreendia os forasteiros vindos de outras plagas do Brasil, de modo que, correndo veloz a planície verde, no seu pingó predileto ajaezado de prata, o campeiro experimentava a sensação de dominá-la, de ser o seu senhor, de identificar-se com ela, numa projeção narcísica de si mesmo na extensão vasta, carregada de enlevo e afetividade¹⁸.

Essas visões da liberdade assumiriam verdadeiro caráter ideológico, para Dante de Moraes. As lutas políticas desencadeadas pela emancipação do Brasil teriam propellido os homens para um clima fervoroso de conquistas liberais, amortecendo o prestígio centrípeto da realeza, num contexto no qual o que estaria em germe, num modo de vida rude e instintivo, se alçaria aos poucos ao plano político, ocorrendo o que seria uma verdadeira tomada de consciência. Associando militarismo e pensamento liberal, o autor destacava que, já nas guerras da década de 1820, os chefes guerrilheiros, comandantes naturais das milícias, homens de prestígio entre a gente campeira, sentiam-se

¹⁷ MORAES, 1954, p. 60.

¹⁸ MORAES, 1954, p. 53, 54 e 57.

deslocados e preteridos, na primeira linha de combate, ao mando de generais estranhos ao meio, que estariam longe de primar pela habilidade estratégica, surgindo, assim, um ciúme calado, mas prenhe de ressentimentos, vazado apenas na singeleza das quadras populares. De acordo com o escritor, uma confluência de fatores emocionais iria, num crescendo, até o protesto e o levante de 35, num quadro em que o Rio Grande se tornaria, em breve, um verdadeiro estuário das idéias liberais¹⁹.

Seguindo os tradicionais cânones do discurso historiográfico então reinante, Moraes destacava os “feitos” dos farroupilhas ao longo dos dez anos de lutas. Explicava que os rebeldes mantiveram, anos a fio, quase toda a Campanha em seu poder, instalaram uma capital, legislaram, organizaram e administraram, de modo que, graças a essas circunstâncias, puderam os seus chefes e inspiradores manter intacta a sua mentalidade ideológica, humanitária, cristã, cavalheiresca e fraterna. Argumentava que, se vissemos os farroupilhas numa província povoada, de comunicações fáceis, acossados de todos os lados, dia e noite, seria provável que não lhes fosse dado conservar aquele nível de espiritualidade política. Destacando a ação de Caxias na pacificação, ressaltava que, quando o grande general do Império apertou o cerco em torno dos rebeldes, o cansaço já os dominara, tendo passado a época dos surtos e das ilusões de vitória, momento em que um hábil chefe, animado de sentimentos fraternos, veio jogar na Campanha os seus largos recursos militares para compelir os revolucionários à deposição das armas e ao conagraçamento honroso²⁰. Assim, além do destaque às tradicionais “realizações” dos farrapos, o autor lembrava o recorrente axioma da paz honrosa, sem vencedores ou vencidos, tão grato à historiografia então vigente.

Outro elemento discursivo predominante à época no seio historiográfico – a negação da presença do caudilhismo no Rio Grande do Sul – também se faz presente na obra de Dante de Moraes, ao menos no que tange às lideranças da Revolução Farroupilha. O autor questionava se aos chefes farrapos se poderia atribuir com fundamento social e histórico o título de caudilhos, passando a exemplificar casos da utilização do termo, concentrando-os no cenário platino. A partir dessa perspectiva, o escritor chegava à conclusão de que os chefes rio-grandenses, não obstante a formação campeira de tantos deles, só se sentiam bem obedecendo à forma legal, aos ditames morais, aos princípios religiosos, chegando a haver, na sua rebeldia, escrúpulos de

¹⁹ MORAES, 1954, p. 58-59.

²⁰ MORAES, 1952, p. 12.

consciência que teriam lutado dramaticamente com as convicções que lhes armavam o braço. Nesse sentido, Moraes explicava que os farrapos não teriam incorrido naquilo que ele denominava de arrogância gauchesca, numa direta inferência à figura do *gaucho malo* e, portanto, platino, chegando inclusive a citar, no lado legalista, um exemplo de indivíduo que lembrava os caudilhos orientais²¹.

Na intenção de demonstrar a civilidade que teria caracterizado a Farroupilha, Carlos Dante de Moraes chamava atenção para um suposto caráter urbano e a presença de setores diretivos ilustrados como características do movimento. Para ele, seria forçoso reconhecer que, embora congregasse a gente campeira e os princípios estancieros, não fora um movimento propriamente do campo, constituindo-se, ao contrário, numa rebelião de irradiação visivelmente urbana. Citava Porto Alegre e Rio Pardo como os principais focos intelectuais, além do que teriam prestado concurso brasileiros de outras províncias e numerosos estrangeiros, destacando padres já célebres em rebeliões passadas, maçons forrados de filosofia política, homens cultos, manejando a pena com desembaraço, ilustrados oficiais do exército, poetas que não se continham ante a fisionomia épica dos acontecimentos, membros de sociedades literárias, capitães do mar dados ao corso e aventureiros que ficariam na história com um perfil semi-lendário²².

Na mesma linha, dando ênfase à intelectualidade que teria orientado a rebelião, Moraes destacava que, nas palavras daquelas plêiades, todas amando a liberdade com letra maiúscula, se poderia sentir o alvoroço de um sentimento que, no Brasil, recém madrugava e, por isso, adquiria uma sonoridade romântica. Lembrava que o Rio Grande, naquele decênio agitado, se tornara o campo de experiência e aplicação de princípios novos e aspirações libertárias, identificando-se no mesmo ardor incontido homens de diversas procedências. Ainda fazendo referência ao grau de ilustração que teria circundado a Farroupilha, o escritor relatava a presença de poetas vivazes e letrados que versejavam à maneira clássica dos últimos arcades, num quadro em que os acontecimentos não lhes apareciam na sua crueza prosaica, mostrando-lhes uma face épica, que os compeliaria a engrandecer e a transfigurar os seus heróis. Desse modo, explicava que os cabos de guerra de Piratini eram celebrados em estrofes entusiastas, em que a valia poética era superada de muito pela sinceridade e o fervor²³.

Ainda no intento de demonstrar o caráter “cavalheiresco” da

²¹ MORAES, 1952, p. 12.

²² MORAES, 1952, p. 12.

²³ MORAES, 1952, p. 12-13.

Guerra Civil de 1835, Dante de Moraes chamava atenção para a influência espiritual mais forte da rebelião que teria sido a dos sentimentos religiosos, destacando para comprovar sua asserção: a participação de vários sacerdotes desde a fase da conspiração rebelde; a presença da frase “Em nome da Santíssima Trindade” que dava início ao preâmbulo da constituição farroupilha; o juramento republicano, o qual tinha, como primeiro compromisso, manter a religião católica apostólica romana; o forte sainete cristão dos farrapos nas proclamações de seus líderes, e os artigos de *O Povo*, órgão farroupilha, em que se faziam presentes palavras e considerações repassadas de fundo sentimento religioso. Desse modo, concluía o autor que os farrapos foram fortemente influenciados pela doutrina cristã e pela moral católica, de modo que em seus espíritos a idéia de criatura andava sempre associada à idéia de Criador²⁴.

Levando em conta todos esses condicionantes dos quais adviria aquele forte conteúdo de “civilidade” à Farroupilha, Moraes explicava que esses sentimentos, ditames e princípios teriam feito dos chefes de 35 um grupo de escol, de vigorosa influência moral, capaz de conter os açaímos, dominar e dirigir os impulsos da massa anônima, tão fáceis de deflagrar em licença nos dias de convulsão. Segundo o autor, seria digno de nota, naquele decênio memorável, no meio das conjunturas de sangue, um marcado respeito pelo homem, na sua condição fundamental de ser moral e espiritual, e a submissão reverente aos valores éticos e religiosos, dos quais redundariam numerosos atos de fraternidade cristã, nobreza de alma e generoso cavalheirismo, que, na sua concepção, a tradição oral recolhera e a historiografia gravara documentalmente. Nessa linha, Dante de Moraes ressaltava largamente os “atos de fidalguia” dos farrapos, chegando a reconhecer a presença da violência durante a rebelião, buscando demarcar que se tratava de casos isolados que não chegariam a comprometer o conjunto do evento histórico²⁵. Assim, diante dos feitos e dos sentimentos generosos, cavalheirescos e cristãos de uma “intelectualidade de escol”, a violência não passaria de um detalhe que, no caso da Farroupilha, deveria ser menosprezado pela historiografia.

Ao sintetizar suas idéias sobre a Farroupilha, o autor de “Trinta e cinco e Noventa e três” e “O povo rio-grandense nas vésperas de 35” afirmava que restava uma conclusão implícita na lógica das coisas de todo o processo que descrevera. Nesse sentido, destacava que, em poucos anos, amadurecera nos rio-grandenses a consciência de que a

²⁴ MORAES, 1952, p. 13.

²⁵ MORAES, 1952, p. 14-15.

sua Província vivera maltratada e explorada por uma centralização inepta e injusta, de modo que o seu olhar crítico, aceso pela propagação das idéias liberais, descera aos detalhes da defeituosa máquina político-administrativa que os vexava, tolhendo o surto dos seus legítimos interesses. Segundo o escritor, em tal povo, exacerbado pelas conjunturas referidas, só poderia ter surgido uma idéia política como expressão vital de seus reclamos e necessidades, quer seja, a federação e a autonomia provincial, de modo que a separação teria sido apenas uma contingência, forçada pelos acontecimentos, uma variação temporária daquele grande tema²⁶. Assim, nas palavras do autor, questões como a justeza do movimento, a luta contra a tirania e a brasilidade dos farrapos ficavam mais uma vez evidenciadas.

Desse modo, bebendo em tradicionais fontes historiográficas, Carlos Dante de Moraes reproduzia a estratégia discursiva de alocar a Revolução Farroupilha como o epicentro da história rio-grandense, servindo como elemento comparativo na análise de todos os demais eventos da formação gaúcha. Ao destacar a história do movimento, o escritor incorreria no tradicional discurso de criar uma aura romantizada ao evento, enaltecendo os homens que a fizeram e o Estado organizado que se criara, lembrando o que chamara de “tempos memoráveis” de 1835-1845. Ainda que buscasse de certo modo atualizar sua linguagem, lançando mão de termos mais modernos de acordo com sua época, os escritos de Moraes não iam muito além do que já havia sido entabulado sobre a Farroupilha, de modo que a possível renovação conceitual não passava de um verniz modernizante. Tanto na revista *Província de São Pedro* quanto na primeira série de *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*, Dante de Moraes demonstrava seu reconhecimento como intelectual de então e, ao mesmo tempo, teria nesses fortes veículos de propagação a possibilidade de reedificar os pressupostos que já haviam se tornado praticamente ditames historiográficos no cenário rio-grandense. O discurso historiográfico advindo de uma planificação política mais ampla de que fez parte já existia há mais de duas décadas e permanecia plenamente reinante, demarcando uma pujante continuidade que, no contexto regional, ultrapassaria a existência do próprio projeto que lhe dera origem, e Carlos Dante de Moraes constituiria mais um dos pontos de difusão dessa verdadeira rede discursiva.

²⁶ MORAES, 1954, p. 59-60.

